

A FAMÍLIA HUMANA VISTA DA PERSPECTIVA ETOLÓGICA: NATUREZA OU CULTURA?

THE HUMAN FAMILY FROM ETHOLOGICAL POINT OF VIEW: NATURE OR CULTURE?

Vera Sílvia Raad Bussab¹

RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi aplicar a perspectiva etológica para a compreensão psicológica da família, considerando-se as interações da natureza humana com os ambientes de desenvolvimento. A concepção da família como uma instituição puramente cultural, sem qualquer fundamentação biológica, com base nas constatações de abandonos e de infanticídios, foi reexaminada. O apego foi apresentado como o mecanismo psicológico básico subjacente à constituição da família. Na evolução homínida, em contraste com a dos demais primatas, ocorreu uma intensificação dos laços familiares e dos cuidados parentais, com aumento dos já intensos cuidados maternos típicos de primatas e também com introdução de cuidados paternos, raros entre os grandes antropóides. O apego foi apresentado como um impulso primário, e foram analisadas as condições essenciais para seu desenvolvimento. As características universais na formação de vínculos afetivos, no desenvolvimento de medo de estranhos e de ansiedade de separação foram examinadas. A existência de período sensível perinatal, durante o qual a convivência é facilitadora da formação do vínculo mãe e bebê foi destacada para ilustrar a interação entre efeitos genéticos e ambientais. Foram consideradas as relações entre parentesco, convivência e formação de laços de família. Os fenômenos analisados puderam demonstrar a existência de predisposições naturais para a vinculação familiar assim como para revelar as complexas interdeterminações entre a natureza e a cultura. Serviram também para mostrar a necessidade da busca de uma lógica própria da nossa natureza e das considerações sobre o ambiente natural em contraste ao ambiente contemporâneo de desenvolvimento.

Palavras-chave: família, apego, bases biológicas.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to apply an ethological perspective in order to achieve a psychological understanding of the family, taking into consideration the interactions of human nature with development environments. The conception of the family as a purely cultural institution, without any biological substantiation, based on the observation of infant abandonment and infanticide were re-examined. Emotional attachment was presented as being the basic psychological mechanism underlying the constitution of the family. During the evolution of the hominidae, in contrast to that of the other primates, an intensification of family ties and parental care took place, including an increase in the already intense maternal care typical of the primates as well as the introduction of paternal care, rare amongst the larger anthropoids. Emotional attachment was presented as a primary impulse and the conditions essential for its development were analysed. The universal characteristics found in the formation of bonds of affection, the development of the fear of strangers and anxiety resulting from separation were also examined. The existence of the sensitive perinatal period, during which the process of living together facilitates the formation of the bond between the mother and her baby was emphasised in order to illustrate the interaction between genetic and environmental effects. The relationships between kinship, living together and the formation of family ties were taken into consideration. The phenomena analysed were capable of demonstrating the existence of natural predispositions for the creation of family ties as well as revealing the complex inter-determinations between nature and culture. They also showed the need to search for a logic proper to our nature and the natural environment, in contrast to the contemporary development environment.

¹ Professora do Departamento de Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia da USP. Av. Prof. Mello Moraes, 1.721, PSE, São Paulo, capital, CEP 05508-900. Bolsa de Produtividade de Pesquisa do CNPq. vsbussab@usp.br.

Key words: Family, Emotional Attachment, Biological Bases.

INTRODUÇÃO

O envolvimento familiar humano chama a atenção de estudiosos de todas as áreas, dada a proeminência com que aparece em todas as culturas e em virtude do modo pelo qual parece exercer influência marcante no desenvolvimento das pessoas. Nossas maiores forças e nossas grandes fraquezas emergem neste contexto, assim como toda a sorte de emoções. O objetivo do presente trabalho é avaliar possíveis contribuições da perspectiva etológica para a compreensão psicológica da família, considerando-se aspectos psicobiológicos e as intrincadas interações da natureza humana com os ambientes de desenvolvimento.

AMOR FAMILIAR – MITO OU CONSTRUTO CULTURAL?

Tem havido muitos esforços no sentido de demonstrar que a família é uma instituição puramente cultural, sem qualquer fundamentação biológica, com base nas constatações de abandonos, rejeições ou mesmo de infanticídios (Eibl-Eibesfeldt, 1989), como se a possibilidade de não constituição ou de desmoronamento familiar fosse evidência inequívoca da ausência de determinações naturais.

Antes mesmo de um reexame na análise destas evidências, convém reiterar que determinações genéticas não devem ser entendidas de modo estereotipado e nem em oposição a efeitos ambientais (Bussab, 2000). Muitas vezes o controle genético, ao invés de promover exclusão do ambiente, produz de fato regulação e potenciação dos efeitos da experiência, gerando sensibilidade diferencial aos estímulos, alterando tendências motivacionais ou modificando a susceptibilidade a certos tipos de experiência por meio de períodos sensíveis (Carvalho, 1998).

Os casos de abandono, aparentemente à revelia da natureza, podem fornecer muitas informações sobre os processos subjacentes na formação da família. O mesmo se aplica aos casos de adoção, que, à primeira vista, também parecem contrariar os ditames do natural. É muito oportuna a análise desenvolvida por Hrdy (1999/2001), no livro *Mãe Natureza – Maternidade, filhos e seleção natural*, revendo os argumentos de Elisabeth Badinter: se o amor materno fosse instintivo, todas as mães normais deveriam ser amorosas; entretanto, a vasta maioria das mães na França setecentista entregava os filhos aos cuidados inadequados de amas de leite. O fato de a maioria destas mães serem pobres e solteiras não foi considerado elucidativo por Badinter, uma vez que algumas destas eram burguesas, o que pareceu à autora excluir composição com fatores socioeconômicos específicos. Salientou-se apenas que esta maioria apontava para a inexistência do instinto. Raciocínio semelhante fez Nancy Schper-Hughes ao estudar mães de favelas brasileiras (p. 330).

As variações constatadas não devem obscurecer o fato de abandonos serem mais comuns em circunstâncias em que os pais não podem criar de modo bem sucedido os filhos: nos casos de gêmeos, de problemas congênitos, de pequeno espaçamento entre irmãos, ou de ilegitimidade (Silk, 1990); nas quais poder-se-ia pensar inclusive em valor adaptativo da opção.

O contexto social e econômico tem tudo a ver com a determinação do comportamento materno e paterno. Contudo, entender a base biológica do amor materno pode ser essencial para esclarecer o que está acontecendo em cada caso (Hrdy, 2001). Mesmo na França setecentista encontram-se registros de júbilo e de pesar dos pais associados aos filhos, que soam completamente modernos e destoam da concepção de que o amor dos pais seja invenção recente. Experimento não premeditado realizado em Paris, de 1830 a 1869, em maternidade para mulheres pobres, mostrou que permanecer com o bebê durante oito dias provocava a diminuição da taxa de abandono de 24% para 10%, sem que conceitos culturais ou condições econômicas da mãe tivessem mudado. A decisão de abandonar o bebê parecia

ter sido afetada pela formação inicial do vínculo afetivo, como se estes dois processos funcionassem em sistemas diferentes.

A mesma pessoa pode, em uma ocasião da vida, ser muito maternal e em outra não. O modo de vida caçador coletor é considerado o meio ambiente natural humano por excelência, pelo fato de ter perdurado por mais de 90% do processo de hominização (Bussab & Ribeiro, 1998); nele podem ser constatados contrastes esclarecedores. Entre os !Kung, povo caçador coletor da África Setentrional, os cuidados maternos são intensos para os padrões ocidentais: contato físico com o bebê durante a maior parte do dia, atendimento a todos os sinais de aflição, amamentação continuamente disponível, desmame tardio e tolerância a birras. Não há incompatibilidade entre a coleta de alimentos sistematicamente feita pela mulher e os cuidados maternos. O bando, uma família estendida de cerca de 30 pessoas, interessa-se muito pelos bebês, formando uma rede de relacionamentos afetivos. Entretanto, às vezes ocorre infanticídio, pela própria mãe, logo depois do nascimento: quando o espaçamento entre irmãos é pequeno, menor do que quatro anos, intervalo considerado adequado; no nascimento de gêmeos, caso em que apenas um deles é criado; e no caso de complicações de parto ou problemas congênitos (Konner, 1974). A mesma mulher pode passar pelas duas experiências. Os fatores determinantes do infanticídio parecem compatíveis com o viver dentro do modo de vida de caça e coleta. Nem sempre os adultos !Kung revelam ter consciência disto. Reconhecem que dois filhos bebês representariam impedimento para a mãe coletora, mas explicam o infanticídio de bebês nascidos de parto pélvico dizendo que as pessoas não gostariam dele por ter “vindo ao mundo ao contrário”. Não fica claro se as possíveis seqüelas associadas a este tipo de parto são elementos que fazem parte desta decisão. Entretanto, algumas vezes a mãe !kung não consegue abandonar seu filho, mesmo quando isto seria de se esperar. Quando o bebê chora antes, por exemplo, ela volta para o acampamento com ele, e parece arrumar uma justificativa para o fato. Novamente, tudo se passa como se a decisão de abandonar o bebê e a formação do apego operassem em dois sistemas diferentes.

O amor materno não é um mito nem um construto cultural. Tal como em outros mamíferos, depende de circunstâncias ecológica e historicamente produzidas (Hrdy, 2001/1999).

O APEGO COMO MECANISMO SUBJACENTE

O apego pode ser considerado o mecanismo psicológico básico subjacente à constituição da família. Na evolução homínida, em contraste com a dos demais primatas, ocorreu uma intensificação dos laços familiares e dos cuidados parentais, com aumento dos já intensos cuidados maternos típicos de primatas e também com introdução de cuidados paternos, raros entre os grandes antropóides. A base de todas as mudanças importantes do processo de evolução, que moldou o ser humano com sua característica cultural proeminente, está nas intensificações das relações afetivas (Bussab & Ribeiro, 1998).

Alguns autores reservam o termo apego para a ligação afetiva do bebê em relação ao adulto, e vínculo para a ligação entre o adulto e o bebê (Klaus & Kennel, 1992); no presente trabalho tomar-se-á apenas o cuidado de indicar cada caso.

As condições de desenvolvimento do apego na criança, e em especial as predisposições naturais para o vínculo presentes no recém-nascido, são reveladoras da natureza afetiva humana. Desde muito cedo os bebês estabelecem contato de olhar e engajam-se em interações complexas, revelando competências inesperadas para seres tão imaturos de outros pontos de vista. Interessam-se por faces e vozes, preferem o odor e a voz da própria mãe, tranquilizam-se no colo, igualam/imitam expressões faciais, sincronizam-se interacionalmente, sorriem à fala afetuosa e assim por diante (Bussab, 2000). O fato de o vínculo se formar em decorrência de interações afetivas/lúdicas contingentes e não pela alimentação ou pela

satisfação de outras necessidades básicas, ou outros cuidados, é demonstrativo do apego como impulso primário (Bowlby, 1969/1984), o que também é corroborado pela universalidade de certos padrões (Eibl-Eibesfeldt, 1989).

O desenvolvimento do medo de estranhos também é revelador. Tanto bebês ocidentais como bebês de povos caçadores coletores apresentam-no de modo agudo em torno dos oito meses (Konner, 1974). Entretanto, indicadores mais sutis estão presentes desde o início do desenvolvimento. Aos dois meses um bebê reage à chegada de um estranho olhando para a mãe (Mizukami. et al, 1990), como se buscasse base de segurança ou referenciamento. A ansiedade de separação ocorre tipicamente entre os oito e doze meses, alcançando um pico por volta do décimo quinto mês, em todo o mundo, sendo semelhante em crianças cuidadas em famílias nucleares, estendidas ou mesmo em outros arranjos, como os *Kibutz* em Israel (Newbomb, 1999).

Ao que tudo indica, a partir do nascimento, e mesmo antes disso, os bebês se envolvem em um processo de familiarização/vinculação, cuja contrapartida é o estranhamento. O termo genérico familiarizar refere-se a um resultado da convivência. Até certo ponto é feliz a sobreposição com o uso do termo família, que mais especificamente se refere a parentesco genético, pois a constituição efetiva e funcional do que chamamos laços familiares efetivamente requer ambas as coisas, convivência e parentesco, mas ocasionalmente pode ocorrer na ausência de uma ou de outra.

No fundo, em condições naturais, tanto a convivência quanto o parentesco favorecem a formação de vínculos subjacentes à constituição da família. A formação do vínculo entre mãe e bebê é facilitada por alterações hormonais decorrentes da gestação e do parto e também pelas estimulações recíprocas perinatais. Têm se acumulado evidências de um período sensível pós-parto, durante o qual um contato estendido entre mãe e bebê favorece o desenvolvimento de vários tipos de ajustes na díade, quanto à amamentação, às trocas e à formação de vínculo (Klaus & Kennel, 1992). Fatores direta ou indiretamente relacionados à convivência e ao parentesco estão em jogo. Convém lembrar que a ausência de contato neste período não impede a formação do vínculo, desde que condições subseqüentes favoráveis se apresentem. Por tudo isso, este período sensível ajuda no esclarecimento das intrincadas relações entre efeitos genéticos e ambientais.

A importância dos cuidados do pai também é corroborada por evidências que trazem à tona questões de convivência e parentesco. Entre os !Kung ou entre os Eipo, a probabilidade de um bebê morrer até o segundo ano de vida é três vezes maior se ele tiver perdido o pai. Parece que mecanismos biológicos operaram na evolução no sentido de aumentar a participação do pai nos cuidados e se refletem em diversas práticas culturais. As semelhanças do recém-nascido em nosso meio são prioritariamente atribuídas ao pai, especialmente pela família da mãe (Caramaschi, 1995), sendo tal atribuição de semelhança interpretada como um mecanismo de intervenção social que visa promover a estabilidade da relação do casal ou propiciar maior envolvimento do pai na criação do filho. Entretanto, a frase “É a cara do pai” pode conter mais do que uma ilusão: há indicadores de que juízes independentes acertam mais quem é o pai de crianças de um ano, por fotografias (Christensen & Hill, 1995). A semelhança filho-pai pode ter sido favorecida pela evolução na medida em que aumentou o envolvimento do pai e a sobrevivência do filho. A importância do investimento parental na evolução e no desenvolvimento é reiterada por esta dupla determinação biológica e social (Rodrigues, 1998).

INTERDETERMINAÇÕES ENTRE NATUREZA E CULTURA

Em muitas circunstâncias, natureza e cultura parecem operar no mesmo sentido, criando condições para o fortalecimento de laços familiares. Em caso de motivações extremas, um tipo de variável pode se sobrepor ao outro. A grande predisposição humana para constituir família leva à adoção. Em muitas circunstâncias, natureza e cultura parecem operar no mesmo sentido,

criando condições para o fortalecimento de laços familiares. Conhecendo-se a natureza humana, não é de se estranhar que, em sociedades com altas taxas de infertilidade, ocorram muitas adoções. (Silk, 1990; p. 39). Outro exemplo fascinante das interligações psicobiológicas está no fato bem documentado de que mães adotivas são capazes de produzir leite e amamentar se oferecerem o seio sistematicamente para seus bebês.

Riscos de maus tratos em lares adotivos são ainda mais baixos do que na população (Silk, 1990). Os dados não são os mesmos quando se trata de adoção unilateral, de padrastos e madrastas. Padrasto tem 70 vezes mais probabilidade de cometer infanticídio do que pai natural, apresentando baixa tolerância e maior predisposição para reagir violentamente à repetida contrariedade (Hrdy, 1999/2000). É possível que nestes casos a motivação estivesse restrita apenas à escolha do parceiro.

A lógica evolucionária estrita da seleção de parentes não se aplica a este dado, pois as crianças são mais vitimizadas nos lares em que têm 50% de parentesco, no caso dos padrastos, a própria mãe, do que nos lares adotivos, em que não há nenhum parentesco deste tipo. O problema está nas possibilidades de vinculação. O apego é a estratégia evolucionária básica da constituição familiar.

Um exame minucioso do material histórico e etnográfico revela que mães, pais e bebês respondem a uma variedade de circunstâncias com uma gama razoavelmente previsível de emoções. Encontram-se constâncias na natureza maternal, paternal e filial.

O processo evolutivo de neotenia, ou seja, do aumento do período infantil e da manutenção de algumas características infantis, que ocorreu sob o conjunto de pressões seletivas geradas pelo envolvimento crescente com um modo de vida cultural, deixou marcar profundas (Bussab & Ribeiro, 1998). Intensificaram-se os laços recíprocos de apego. Estímulos provenientes dos bebês, por exemplo, são muito poderosos e enternecedores. Podem gerar tal interesse nos adultos, que facilitariam relações de adoção.

Pode-se dizer que o contexto familiar funciona como palco essencial do desenvolvimento humano, assim como representou elemento crucial sobre o qual ocorreu pressão seletiva na evolução natural do homem. Tal contexto representou pré-requisito evolucionário na filogênese sociocultural: a família humana pode ser entendida como núcleo da sociedade.

A predisposição para o apego permitiu também a ligação entre indivíduos não aparentados: a própria possibilidade de vinculação entre indivíduos não ligados por laços de sangue, a consideração destes indivíduos como irmãos ou irmãs, teria emergido da base mais geral das ligações familiares (Eibl-Eibesfeldt, 1989). Convém destacar que evoluímos em um contexto de vínculos afetivos individualizados – amor. O caráter anônimo das sociedades de massa afeta o amor, assim como as alterações do modo de vida contemporâneo em relação ao caçador coletor criam novas condições para o seu desenvolvimento.

Cuidados parentais têm sido entendidos como ponto de partida para o desenvolvimento de sistemas sociais diferenciados. Heide Keller (1998) está fazendo um estudo intercultural e propondo que diferentes sistemas de criação, padrão A e padrão B, refletiriam diferenças nas proporções dos tipos possíveis de cuidados, com mais contato face a face e menos contato corporal no padrão A e vice-versa em B. Tais padrões estariam associados respectivamente aos padrões ocidental e não ocidental e influenciariam no sentido do desenvolvimento de uma espécie de “personalidade cultural”, de orientação individualista ou coletivista. Mesmo considerando a complexidade desta determinação, parece que este tipo de investigação pode contribuir para desvendar mistérios do desenvolvimento humano.

Não existe nenhuma sociedade humana na qual o parentesco biológico seja considerado irrelevante. Mesmo tentativas de coletivização enfrentaram resistências, sendo que as emoções ligadas ao parentesco têm moldado até mesmo as sociedades maiores. O *Homo sapiens* é obcecado por parentesco (Pinker, 1999/1997, p. 453). Em muitas sociedades, especialmente nas caçadoras coletoras, as pessoas recitam intermináveis genealogias.

Parentescos são avaliados por diversos tipos de informações, desde quem cresce junto, quem se parece com quem, quem compartilha conosco valores e experiências e finalmente a quem somos apegados.

Sem prejuízo de possíveis identificações de parentesco como fator facilitador de vinculação, deve-se notar que, algumas vezes, o fator familiaridade é preponderante. Normalmente, no ambiente natural, há sobreposição entre ambos. Como vimos, a convivência através de trocas contingentes e afetuosas está na base da formação do apego.

Crescer junto em grande intimidade com outra pessoa parece ser o indicador principal para classificar esta pessoa na categoria irmão, conforme foi conjecturado pelo antropólogo Westermarck (Pinker, 1999/1997, p. 481). A contrapartida desta convivência parece ser uma indiferença sexual, gerada por um mecanismo de impressão inconsciente que estaria atuando durante um período crítico na primeira infância. Evidências favoráveis a esta hipótese foram encontradas a partir da confirmação de certo desinteresse entre pessoas, não irmãs, que foram criadas em conjunto, como nos *kibutz*, onde raramente ocorrem casamentos internos, e em algumas partes da China, em que a criação conjunta dos noivos desde pequenos está correlacionada a casamentos menos bem sucedidos. Parece que estamos novamente diante de um fenômeno de base biológica com determinação complexa.

Retomando-se a questão mais geral da aplicação da perspectiva etológica, é possível dizer, em síntese, que esta abordagem contribui de algumas maneiras para a compreensão dos diversos aspectos de constituição e desenvolvimento da família. Os aspectos destacados servem para demonstrar a existência de predisposições naturais para a vinculação familiar assim como para revelar as complexas interdeterminações entre a natureza e a cultura. Obrigam à busca de uma lógica própria da nossa natureza e às vezes distante das nossas teorias. Convidam a considerações sobre o ambiente natural em contraste ao ambiente contemporâneo de desenvolvimento. Apontam para a formação do apego como essencial aos processos de coesão, bem como sugerem a importância do entendimento aprofundado do processo de vinculação afetiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bussab, V. S. R. (2000). Fatores hereditários e ambientais no desenvolvimento: A adoção de uma perspectiva interacionista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13 (2), 233-243.
- Bussab, V. S. R. & Ribeiro, F. J. R. (1998). Biologicamente cultural. Em L. Souza; M. F. Q. Freitas & M. M. P. Rodrigues (Orgs.), *Psicologia – Reflexões (im)pertinentes* (p. 195-224). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Caramaschi, S. (1995). Julgamento de semelhança de bebês recém nascidos e seus pais. Em Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), *Resumos da XXV Reunião Anual de Psicologia da SBP*, (p. 527). Ribeirão Preto: SBP.
- Carvalho, A. M. A. (1998). Etologia e comportamento social. Em L. Souza; M. F. Q. Freitas & M. M. P. Rodrigues (Orgs.), *Psicologia – Reflexões (im)pertinentes* (p. 195-224). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cristenfeld, N. J. S. & Hill, E. A. (1995). Whose baby are you? *Nature*, 387, 669.
- Eibl-Eibesfeldt, I. (1989). *Human Ethology*. London: Aldine de Gruyter.
- Hrdy, S. B. (2001/1999). *Mãe Natureza*. [Trad. de Álvaro Cabral.] Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Klaus, M. H. & Kennel, H. (1992). *Pais/Bebê – a formação do apego*. [Trad. de Daise Batista]. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Keller, H. (1998). Diferentes caminhos de socialização até a adolescência. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 8 (1/2), 1-14.
- Konner, M. J. (1974). Aspects of the developmental ethology of a foraging people. Em M. Blurton-Jones (Ed.), *Ethological Studies of Child Behavior* (pp. 285-394). London/New York: Cambridge University Press.
- Mizukami, K.; Kobayashi, N.; Ishii, T. & Iwata, H. (1990). First selective attachment begins in early infancy. *Infant Behavior Development*, 13 (3), 231-257.
- Newcomb, N. (1999). *Desenvolvimento infantil: Abordagem de Mussen*. [Trad. de Cláudia Buchweitz]. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pinker, S. (1997/1999). *Como a mente funciona*. [Trad. de Laura Teixeira Mota]. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silk, B. J. (1990). Human adoption in evolutionary perspective. *Human Nature*, 1 (1), 25-52.

Rodrigues, M. M. P. (1998). Evolução do Comportamento Parental em Primatas - o caso do *Homo sapiens*. Em L. Souza; M. F. Q. Freitas & M. M. P. Rodrigues (Orgs.), *Psicologia – Reflexões (im)pertinentes* (p. 273-292). São Paulo: Casa do Psicólogo.